



**Criminal.** Maioria dos processos são de homicídio

# Judiciário faz mutirão em faculdade para agilizar ações

**Iniciativa inédita vai começar na Serra e faz parte de plano de ação para atingir a Meta 2 do CNJ**

**FELIPE QUINTINO**

fquintino@redegazeta.com.br

■ ■ Com a previsão de atingir até julho a meta do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de julgar todos os processos que entraram na Justiça até o ano de 2005, o Judiciário capixaba reforçará o trabalho de mutirão. Para isso, já decidiu ato inédito no Estado: a realização de julgamentos fora dos fóruns.

Nessa iniciativa, o Judiciário levará para uma faculdade na Serra toda a estrutura necessária para a realização de júris populares. A primeira sessão, com essa novidade, acontece na próxima segunda-feira, às 9 horas, na Fabavi. Simultaneamente, vão acontecer julgamentos no próprio fórum e na faculdade.

Gestora no Estado das metas do conselho, a juíza Gisele Souza de Oliveira explicou que servidores serão deslocados para o trabalho na faculdade e que grande parte dos processos envolve acusações de homicídios.

No trabalho de mutirão, está prevista a realização de aproximadamente 90 sessões extraordinárias, somente nos meses de março e abril. A meta é elevar este número por meio da inclusão das comarcas de Vitória e Guarapari no mutirão, além de outras comarcas do interior do Estado.

Os julgamentos já ocorrem em Cariacica, Serra e Vila Velha. "Temos feito todos os esforços para zerar o saldo de processos da Meta 2. Há um trabalho de ajuda para as varas que estão com número elevado de processos. A nossa expectativa é de que até julho a metaseja alcançada", disse Gisele de Oliveira.

## PENDÊNCIA

Direcionada para todo o Judiciário brasileiro, a Meta 2 previa a identificação e julgamento ainda no ano de 2009 de todos os processos de conhecimento protocolados até 31 de dezembro de 2005. Muitos tribunais, como é o caso do Estado, não conseguiram atingir a meta em 2009 e, por isso, continua nos esforços para alcançar os objetivos.

Até hoje, o Judiciário capi-



CARLOS ALBERTO SILVA - 25/08/2009

**PARA ATINGIR META.** Há cerca de 15 mil processos pendentes

## As metas da Justiça

■ **EM 2009.** No ano passado, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) definiu 10 metas a serem seguidas por todo o Judiciário brasileiro. A principal foi a chamada Meta 2, de julgar ainda em 2009 todos os processos protocolados até o ano de 2005 no Judiciário.

■ **EM 2010.** Neste mês, outras dez metas foram definidas. A nova Meta 2 prevê agora o julgamento neste ano de todos os processos distribuídos (em 1º grau, 2º

grau e tribunais superiores) até o fim de 2006.

■ **ACERVO.** Entre outras metas estão a de reduzir em pelo menos 10% o acervo de processos na fase de cumprimento ou de execução e, em 20%, o acervo de execuções fiscais. Outra meta é a de lavrar e publicar todos os acórdãos em até 10 dias após o julgamento, além de disponibilizar mensalmente a produtividade dos magistrados no portal do tribunal e promover cursos de capacitação.

xaba julgou 58% dos processos pendentes, ficando dentro da média nacional. Mais de 15 mil faltam ser analisados. Segundo a juíza, depois de efetivar o julgamento dessas ações, será traçado o planejamento para a nova Meta 2 do conselho. Ela estabelece o julgamento, até o fim do

ano, de todos os processos que tenham sido distribuídos até o final de 2006, em primeiro e segundo graus. O tema foi aprovado por todos os presidentes dos Tribunais de todo o país, durante o 3º Encontro Nacional do Judiciário, realizado em São Paulo, no início deste mês.

# Desentendimentos marcam a sessão

■ O clima “esquentou” ontem na sessão do pleno do Tribunal de Justiça do Estado (TJES). Depois de julgamentos sem grandes discussões, os desembargadores Pedro Valls Feu Rosa e Fábio Clem de Oliveira protagonizaram momento de tensão e troca de palavras duras. O fato ocorreu durante o julgamento de um recurso do tabelião e ex-prefeito de São Gabriel da Palha Paulo Cezar Colombi Lessa, marido da atual prefeita na cidade. Ele respondeu processo administrativo por conta da suspeita por falsificar uma escritura pública. Ele pedia a perícia técnica para esclarecimento dos fatos.

Ao retomar o julgamento

depois de pedido de vista, Pedro Valls afirmou que o tabelião está “às voltas com inúmeros processos”. Pela situação relatada e se manifestando contra o pedido, o desembargador disse que o caso poderia dar margem que “alguém calunie esta Casa, tecendo inverídicas e inexistentes conexões com o fato de ser a esposa do impetrante prefeita municipal, com livre trânsito no mundo político”. Foi o estopim para levantar a discussão. Relator do recurso, Fábio Clem disse que, no seu voto, não entrou no mérito das acusações contra o tabelião, mas sim na questão técnica do pedido. “Não sou advogado do impetrante”, disse o relator. A perícia foi aprovada.

---

## A GAZETA errou informação sobre Alinaldo

■ Na matéria publicada no dia 3 de março, em que A GAZETA divulgou com exclusividade os argumentos do desembargador aposentado Alinaldo Faria de Souza, foi informado que, entre outros crimes, ele é denunciado pelo Ministério Público Federal (MPF) por formação de quadrilha, na ação penal da Operação Naufrágio oferecida ao Superior Tribunal de Justiça (STJ). Na verdade, de acordo com a ação, Alinaldo é denunciado pelos crimes de prevaricação e corrupção passiva privilegiada, mas não pelo crime de formação de quadrilha. O desembargador foi notificado na última quarta-feira pelo STJ sobre a formalização da denúncia.

---